

RAFAEL AGGIO

LEI SARBANES-OXLEY E SUAS IMPLICAÇÕES

Trabalho de Conclusão do Curso apresentado ao Departamento de Contabilidade, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Paraná, como requisito para obtenção do título de MBA Auditoria Integral.

Orientador: Prof. Dr. Blênio César Severo Peixe

CURITIBA

2008

PENSAMENTO

"Jamais considere seus estudos como uma obrigação, mas como uma oportunidade invejável (...) para aprender a conhecer a influência libertadora da beleza do reino do espírito, para seu próprio prazer pessoal e para proveito da comunidade à qual seu futuro trabalho pertencer".

(Albert Einstein)

RESUMO

AGGIO, R. **Lei Sarbanes-Oxley e Suas Implicações.** O início do século XXI foi marcado por graves escândalos no setor financeiro envolvendo duas das maiores companhias norte-americanas: a Enron e a WorldCom. Ainda, havia convivência da empresa de auditoria independente que auditava as empresas na época, destruindo uma das maiores empresas de auditoria do mundo, que compunha um grupo chamado de *Big Five*. As empresas envolvidas em casos de fraude contábil nem sempre se encontravam em desacordo com a lei: elas se utilizavam de técnicas que demonstravam a total falta de ética nas atitudes tomadas por parte dos seus principais executivos. Em função desses escândalos, no ano de 2002 foi aprovada uma lei com a intenção de recuperar a confiança dos investidores e do mercado, e que fosse capaz de evitar casos semelhantes, exigindo mais rigor nos controles internos das empresas e responsabilizando os administradores das mesmas. A Lei Sarbanes-Oxley, criada pelos senadores Paul Sarbanes (democrata de Maryland) e Michael Oxley (republicano de Ohio), sofreu fortes críticas devido às exigências impostas, tanto em relação ao maior controle sobre os procedimentos internos das empresas quanto à responsabilização dos seus principais executivos. A Lei Sarbanes-Oxley chega a punições severas para esses executivos, como multas elevadíssimas e prisão de até vinte anos. Tamanho grau de severidade nas punições previstas na lei intimidou os administradores. No presente trabalho, foram abordados os principais conceitos e a importância da auditoria e dos controles internos no ambiente organizacional, além de ser realizado uma revisão sobre os casos dos escândalos das fraudes contábeis ocorridas, surgimento e as principais seções da Lei Sarbanes-Oxley.

Palavras-chave: Lei Sarbanes-Oxley; Fraudes contábeis; Controles Internos; *Enron*; *WorldCom*.

E-mail: rafael.aggio@pop.com.br

SUMÁRIO

PENSAMENTO.....	II
RESUMO	III
1. INTRODUÇÃO.....	01
2. REVISÃO DE LITERATURA	03
2.1. ESTUDO DOS PRINCIPAIS CONCEITOS DE AUDITORIA	04
2.1.1. Auditor Externo	06
2.1.2. Auditor Interno	08
2.1.3. Evolução histórica da auditoria	08
2.2. TIPOS DE AUDITORIA QUANTO A NATUREZA.....	12
2.2.1. Auditoria Operacional.....	12
2.2.2. Auditoria de Gestão	12
2.3. TIPOS DE AUDITORIA QUANTO AO TRABALHO DO AUDITOR.....	13
2.3.1. Auditoria Interna.....	13
2.3.2. Auditoria das Demonstrações Contábeis	15
2.4. CONTROLES INTERNOS	16
3. METODOLOGIA DO TRABALHO	21
4. LEI SARBANES-OXLEY E SUA ORIGEM.....	22
4.1. ESCÂNDALOS CONTÁBEIS.....	22
4.1.1. Caso Enron	22
4.1.2. Caso Arthur Andersen.....	24
4.1.3. Caso WorldCom.....	26
4.1.4. Caso Xerox	28
4.1.5. Caso Bristol-Myers Squibb.....	28
4.1.6. Caso Merck.....	28

4.1.7. Caso Tyco.....	29
4.1.8. Caso Imclone Systems	29
4.1.9. Caso Parmalat	29
4.2. A LEI SARBANES-OXLEY.....	30
4.2.1. Origem da Lei	30
4.2.2. Lei Sarbanes-Oxley	31
4.3. NORMAS BRASILEIRAS DE CONTROLES INTERNOS	45
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	49
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	51
7. ANEXOS.....	53
7.1. MODELO DE CERTIFICADO DA SEÇÃO 302.....	54

1. INTRODUÇÃO

No início do século XXI, não somente os Estados Unidos da América, mas todo o mundo ficou extremamente chocado com principalmente dois escândalos no mundo financeiro envolvendo empresas norte-americanas de grande porte.

Os dois principais escândalos foram os casos da *Enron*, gigante americana no setor de energia, e o da *WorldCom*, grande empresa na área de telecomunicações.

Através de fraudes contábeis e fiscais, reclassificações de forma a indução de uma análise errada das demonstrações financeiras ou lançamentos sem suporte documental, as companhias “maquiavam” seus balanços e enganavam investidores, governo, dentre outros interessados.

A partir desses escândalos, foi criada nos EUA a Lei *Sarbanes-Oxley*, a qual visa um controle a fundo dos controles internos a fim de evitar os procedimentos adotados nesses casos e outros que possam interferir nos números das empresas.

No entanto, atualmente critica-se muito a lei. As principais críticas sobre ela são oriundas do questionamento do seu rigor imposto, o que pode estar gerando lentidão dos processos dentro das companhias em virtude da burocratização dos controles internos e elevação no custo de algumas áreas, como na auditoria.

Como se trata de uma lei norte-americana, são obrigadas a cumpri-la todas as empresas que possuem ações negociadas na bolsa de valores de Nova Iorque.

Entretanto, as empresas de todo o mundo estão se adequando às normas impostas pela Sarbox, como meio de aumentar sua confiabilidade no mercado de capitais.

O presente trabalho tem como situação problematizadora os casos de fraudes dentro do ambiente corporativo e propõe-se a realizar uma pesquisa exploratória bibliográfica a respeito da recente lei, baseado em idéias de

pesquisadores e artigos de profissionais da área, e informar quais as opiniões das diversas partes sobre a Lei, buscando oferecer informações aos indivíduos que têm interesse a respeito da mesma.

O problema de pesquisa é responder a seguinte questão: A SOX é eficiente para evitar fraudes nas companhias?

O intuito é comprovar que, com a adoção de controles mais rígidos nos procedimentos e atividades das organizações, a tendência de ocorrer algum tipo de fraude será muito menor.

O objetivo geral da pesquisa é entender a lei propriamente dita e compreender as dificuldades de implantação da mesma nas empresas. A fim de tingi-lo, atentar-se-á para os objetivos específicos seguindo determinada metodologia, os quais seguem descritos abaixo.

- a. Compreensão da Lei: Realizar um estudo a respeito da lei identificando suas normas e particularidades.
- b. Revisar sua origem: Pesquisar e explorar os ambientes e o contexto em que a Lei foi criada.
- c. Estudo de casos: Pesquisar e explorar casos vivenciados por empresas, tanto os casos de fraude que inspiraram na criação da lei quanto os casos de implantação da mesma.
- d. Qual a melhor maneira de se adequar à Lei: Analisar a importância das empresas brasileiras se adequarem a SOX base nos casos apresentados e em estudos de casos recentes de empresas que estão implantando.

2. REVISÃO DE LITERATURA

No mês de dezembro do ano de 2001, o mercado financeiro norte-americano foi surpreendido por um evento de proporções globais. A empresa *Enron*, gigante americana do setor de energia, pediu concordata, logo após sofrer várias denúncias de fraudes fiscais e contábeis. Naquele momento, a *Enron* possuía um passivo de cerca de US\$ 13 milhões.

Aproximadamente na mesma época, mais precisamente em julho de 2002, um outro escândalo semelhante veio à tona. A empresa *WorldCom*, segunda maior empresa de telefonia de longa distância dos Estados Unidos, começou a auferir lucros significativos, enquanto outra gigante do setor de telecomunicações, a *AT&T*, estava perdendo dinheiro. Em virtude de tal fato, a SEC (*Securities and Exchange Commission*), equivalente a CVM (Comissão de Valores Mobiliários) no Brasil, desconfiou e começou a investigá-la.

Foi descoberto que a empresa também estava realizando fraudes em suas demonstrações financeiras, “maquiando” seu balanço no período compreendido entre 1999 e 2002. Além do ato de reclassificações contábeis, ela se utilizava de lançamentos contábeis sem documentação suporte. Tal operação fez surgir o maior caso de fraude contábil norte-americana. Quando decretou falência em 2004, a *WorldCom* mudou de nome para *MCI*.

Após os acontecimentos supracitados e outros escândalos financeiros corporativos, a legislatura norte-americana formulou e, em 30 de julho de 2002, os senadores Paul Sarbanes (democrata de Maryland) e Michael Oxley (republicano de Ohio) assinaram a lei que leva seus sobrenomes: Lei *Sarbanes-Oxley*, também denominada Sarbox ou simplesmente SOX.

Atualmente, há muitas críticas a respeito da lei, pois ela ataca diretamente os controles internos das empresas e responsabiliza os presidentes (CEO's) e os diretores financeiros (CFO's) das companhias, além de exigir vários quesitos, considerados por uma grande parte dos executivos, demasiadamente burocráticos, causando engessamento de processos internos, além de estar

aumentando consideravelmente os custos com as auditorias, tanto internas quanto externas.

Várias empresas brasileiras estão buscando se adequar a tal lei norte-americana, visto que possuem suas ações também comercializadas no mercado financeiro dos EUA, além de garantir maior fidedignidade aos seus relatórios contábeis e financeiros. No entanto, há o questionamento da real necessidade da adoção dessa legislação. Não se descarta o rigor nos controles internos, mas faz-se necessária uma adaptação da Sarbox a fim de dinamizar os processos nas organizações.

Certamente, como se pode verificar nas empresas, a adequação a SOX é um processo complicado, e sua implementação será demorada e custosa. No entanto, há alguns fatores que amenizam tal processo, dentre eles:

- a) as grandes empresas, principalmente, já possuem um determinado *follow up* de procedimentos (controle interno), mesmo que não seja de forma tão bem estruturada;
- b) várias empresas podem fazer adaptações aos seus procedimentos a fim de conseguir se adequar a SOX;
- c) a implantação de controles internos mais rígidos pode trazer vários benefícios que não somente o atendimento da Lei *Sarbanes-Oxley*.

Dessa forma, busca-se recuperar a confiança dos investidores e outras partes interessadas nos números e informações divulgadas nos relatórios das empresas do mundo inteiro, confiança que foi quase que completamente perdida após os escândalos da *Enron* e da *WorldCom*.

2.1 ESTUDO DOS PRINCIPAIS CONCEITOS DE AUDITORIA

Pode-se definir Auditoria, segundo MÜLLER (2005, p.21) como: “um processo sistemático de obtenção e avaliação objetiva de evidências sobre afirmações a respeito de ações e eventos econômicos, para aquilatação do grau

de correspondência entre as afirmações e critérios estabelecidos, e de comunicação dos resultados a usuários interessados”.

Acrescenta ainda o autor que há preocupação em ressaltar a importância da busca das evidências das informações fornecidas pela organização.

CREPALDI (2000, p. 27) conceitua auditoria como “o levantamento, estudo e avaliação sistemática das transações, procedimentos, operações, rotinas e das demonstrações financeiras de uma entidade”.

A auditoria tem como seu produto final a apresentação de uma opinião a respeito da fidedignidade dos números apresentados das demonstrações contábeis da companhia, sendo divulgada através do parecer dos auditores. Dessa maneira, conforme CREPALDI (2000, p. 21) afirma, o parecer “é elemento fundamental na extensão que se traduz em sinônimo de confiabilidade às informações prestadas”.

Assim, o principal objetivo da auditoria é averiguar a veracidade das demonstrações contábeis. Além disso, ela tornou-se numa ferramenta de monitoramento dos controles internos, em especial a fim de prevenir erros e fraudes, e, inclusive, como meio de auxílio à gestão.

A auditoria está diretamente ligada à contabilidade, a qual possui a importante função de registrar e informar os reflexos das transações das empresas nos aspectos econômicos e financeiros. Entretanto, em algumas vezes, essas informações são manipuladas com a finalidade de apresentar uma situação patrimonial diferente da realidade por diversos motivos, entre eles obter vantagens e facilidades em empréstimos, financiamentos, cadastros, licitações, dentre outras.

O auditor, durante a execução do seu trabalho, busca a obtenção de evidências que lhe ofereçam maior segurança para a emissão do parecer de auditoria. Para chegar a essas evidências, ele se utiliza de alguns procedimentos de auditoria, tais como a contagem física, confirmação de terceiros (circularização), conferência de cálculos, inspeção documental e revisão analítica.

1) contagem física: corresponde á averiguação da real existência e quantidade existente do bem (seja item do estoque, imobilizado, entre outros). Também é denominado inventário.

2) confirmação com terceiros, ou circularização: corresponde ao procedimento de envio de cartas a terceiros, a fim de confirmar saldos devedores e credores com os mesmos.

3) conferência de cálculos, como a própria palavra já diz, refere-se a uma revisão dos cálculos realizados durante todo o processo da elaboração das demonstrações contábeis.

4) inspeção documental verifica a existência de documento suporte para os lançamentos contábeis e sua respectiva veracidade.

5) revisão analítica funciona como um instrumento auxiliar. Ela pode revelar ao auditor a existência de um risco de maior importância em determinadas áreas, sendo necessária maior profundidade nos exames a serem realizados.

Cabe ressaltar que a função principal do auditor não é detectar fraudes, mas, caso encontre, ele deve comunicar através de relatório e demonstrar seus efeitos e impacto, sejam operacionais ou nas demonstrações contábeis.

Verifica-se que a auditoria é importante tanto para as empresas quanto para os investidores. Para aplicar seus recursos, os investidores precisam possuir informações claras e confiáveis a respeito da(s) companhia(s). Surge, então, outro ponto importante para a auditoria. Ela auxilia o empresário e/ou investidor nas tomadas de decisões fornecendo a garantia de informações sólidas e confiáveis, gerando uma segurança maior nas operações.

Os profissionais contratados para realizar auditoria de ações e eventos econômicos geralmente são classificados em dois grupos: auditores independentes e auditores internos, conforme serão identificados a seguir.

2.1.1 Auditor Externo

O auditor externo ou independente é um prestador de serviços como qualquer outro autônomo. Perante uma concorrência, o auditor faz um levantamento de dados da empresa em que irá prestar o serviço para que possa realizar uma estimativa por área e por categoria de profissional, as horas em que serão gastas no serviço prestado. Posteriormente, o auditor aplica a essas horas trabalhadas, determinada percentagem a qual vem valorizar o trabalho desenvolvido pelo profissional. Esses percentuais são chamados de taxas-padrão. Geralmente as taxas-padrão são fixadas com base em um índice ou uma moeda estável.

Usualmente o auditor independente utiliza duas fases para o desenvolvimento de seu trabalho as quais são segregadas em: fase preliminar e fase final.

Com respeito à fase preliminar, pode-se dizer que representa a visão que o auditor tem antes do término do exercício social. Observa-se qual o objetivo principal é a obtenção de dados para a execução do serviço e a identificação de divergências relacionadas à contabilidade, tributos e auditoria. Utiliza como material de trabalho parte das demonstrações contábeis.

A fase final pode ser caracterizada quando o auditor retorna a empresa no encerramento do exercício social e completa o exame emitindo seu parecer sobre a empresa em que realizou o trabalho no presente exercício, em consonância com a Resolução nº. 830/98.

O auditor deve examinar as demonstrações contábeis de acordo com as normas de auditoria geralmente aceitas, não se tornando aceita, portanto a obrigatoriedade de detectar irregularidades bem como fraudes, erros propositais, entre outros. Vale ressaltar que a execução do serviço de auditoria envolve 100% da empresa e sua documentação, sendo dessa forma necessário o sigilo absoluto do auditor para com a empresa e seus respectivos representantes.

Tendo em vista a distância do auditor externo, levando em consideração a falta do convívio da participação nos acontecimentos cotidianos da empresa, surgiu o auditor interno que é um empregado como outro qualquer contratado. Ele possui algumas restrições que acabam por ser impostas como normas e uma

delas é a restrição do desenvolvimento de atividades em que um dia o mesmo possa vir examinar, bem como lançamentos contábeis, por exemplo.

Conforme CREPALDI (2000, p.52), as principais características de um auditor interno são: “ser empregado da empresa auditada, possuir um menor grau de independência e executar auditoria contábil e operacional”.

2.1.2 Auditor Interno

O auditor interno tem como principais objetivos: verificar se as normas internas estão sendo seguidas, as necessidades de aprimorar as normas internas vigentes, a necessidade de novas normas internas, efetuar auditoria das diversas áreas das demonstrações contábeis e em áreas operacionais e realizar um maior volume de testes (tem maior tempo na empresa para executar os serviços de auditoria).

Em capítulos posteriores (mais especificamente em tipos de auditoria) será tratado mais a respeito da auditoria interna.

2.1.3 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA AUDITORIA

Conforme Almeida (2003, p. 25), antigamente as empresas eram constituídas sob forma de capital fechado e pertenciam quase que exclusivamente a grupos familiares. Com o passar do tempo, o capitalismo foi evoluindo (primeiramente na Europa e EUA e posteriormente no resto do mundo). Conseqüentemente, o mercado foi se expandindo e acirrando a concorrência entre as empresas, atingindo um nível global. Sendo assim, houve a necessidade de elas aumentarem suas instalações, investirem em tecnologia e seguir procedimentos estabelecidos internamente – os controles internos – a fim de buscar redução dos custos e se tornarem competitivas.

Para tanto, havia a necessidade de as empresas aumentarem suas instalações fabris e administrativas e captar recursos de terceiros, pois seria praticamente impossível essa expansão através de recursos próprios e dos

proprietários. Todavia, para que terceiros oferecessem créditos às empresas, eles exigiam que as demonstrações contábeis da instituição fossem analisadas por especialistas que não tivessem ligação com a mesma. Dessa forma, os futuros e possíveis investidores poderiam ter o conhecimento de como estavam sendo administrados os recursos, de qual a posição patrimonial real da companhia e de qual a capacidade de geração de lucros. Esse especialista corresponde ao auditor, profissional responsável em analisar as contas e emitir uma opinião sobre as demonstrações contábeis. O auditor teria a função de “olhos” dos investidores e sócios dentro das empresas e, assim, oferecia maior segurança na análise.

A partir de então, conforme descreve ALMEIDA,

(...) as demonstrações contábeis passaram a ter importância muito grande para os futuros aplicadores de recursos. Como medida de segurança contra a possibilidade de manipulação de informações, os futuros investidores passaram a exigir que essas demonstrações fossem examinadas por um profissional independente da empresa e de reconhecida capacidade técnica. (ALMEIDA, 2003, p. 26),

Ainda, ATTIE também fornece informações a respeito do surgimento da auditoria, conforme segue.

O surgimento da auditoria está ancorado na necessidade de confirmação por parte dos investidores e proprietários quanto à realidade econômico-financeira espalhada no patrimônio das empresas investidas e, principalmente, em virtude do aparecimento de grandes empresas multigeograficamente distribuídas e simultâneo ao desenvolvimento econômico que propiciou participação acionária na formação do capital de muitas empresas. Embora cronologicamente haja indícios da existência da profissão auditor desde o século XIV, está é, em verdade, uma função nova que vem experimentando excepcional desenvolvimento com diferentes graus de especialização. Como a auditoria é proveniente da própria contabilidade, é justo que se indique o conjunto de dados históricos que permita comparabilidade entre duas atividades. (ATTIE, 1998, p. 27).

A forma de auditoria mais parecida com a que temos nos tempos de hoje surgiu inicialmente na Inglaterra, que, conforme CREPALDI (2000, p. 96), “como dominadora dos mares e controladora do comércio mundial, foi a primeira a possuir as grandes companhias de comércio e a primeira também a instituir a taxaçoão do imposto de renda, baseado nos lucros das empresas”. Tanto é que,

como Franco (2001, p. 30) afirma, a origem da palavra auditoria vem “do termo em português, perfeitamente justificável no latim auditor, na realidade da auditoria contábil nos veio do inglês *audit*, pois na Inglaterra nasceram segundo se tem notícia, as primeiras manifestações da atividade profissional do auditor contábil”.

A Revolução Industrial, na Inglaterra, operada na segunda metade do século XVII, quanto à demanda de capital e a expansão das atividades, naturalmente, criaram problemas contábeis mais complexos, mudou o eixo do desenvolvimento prático dessa disciplina para aquele país. Mas a real necessidade da contabilidade pública (auditoria) somente se manifestou a partir da institucionalização do investidor capitalista (não participante da administração), agora uma classe importante e em crescimento, que passou a exigir relatórios imparciais sobre a integridade de seu investimento e dos resultados econômicos do empreendimento. O berço da moderna auditoria foi a Inglaterra, que exportou suas técnicas para outros países. (CREPALDI, 2000, p. 94).

CREPALDI (2000, p. 96) ainda continua: “já se praticava na Inglaterra a auditoria das contas públicas, desde 1314 (...). Seu aparecimento como prática sistematizada, entretanto, parece-nos que somente ocorreu no século XIX”, em virtude de a partir da metade desse século é que surgiram as primeiras associações de Contadores Públicos, os quais eram profissionais que exerciam as funções de auditor.

A profissão do auditor tomou um impulso maior no início do século XX em função do forte crescimento do capitalismo, surgindo como profissão propriamente dita.

Com a criação da *Security and Exchange Commission* (SEC) nos Estados Unidos em 1934, CREPALDI (2000, p. 97) afirma que “a profissão do auditor criou um novo estímulo, pois as companhias que transacionavam ações na Bolsa de Valores foram obrigadas a utilizar-se dos serviços de auditoria, para dar maior fidedignidade a suas demonstrações contábeis”. Além de Crepaldi, ATTIE (1998, p. 28) também trata do assunto e diz que “foi a partir da criação do SEC, em 1934, nos Estados Unidos, que a profissão de auditor assume importância e cria um novo estímulo, uma vez que as empresas que transacionavam ações na Bolsa de Valores foram obrigadas a se utilizarem dos serviços de auditoria para dar maior credibilidade a suas demonstrações financeiras”.

A criação da SEC citada no parágrafo anterior teve como principal motivo a Crise de 1929, a qual alguns especialistas afirmam ser um marco no mercado de capitais, onde a auditoria está diretamente envolvida. A SEC é o órgão responsável pela regulação e fiscalização do mercado de capitais norte-americano, equivalente a CVM (Comissão de Valores Mobiliários) no Brasil, a qual foi criada em 1972, conforme será visto mais adiante.

Depois da Segunda Guerra Mundial, a auditoria começou a ter mais importância e a se desenvolver no mercado brasileiro, após o surgimento das multinacionais que se instalavam no país e que traziam o hábito da auditoria e, conseqüentemente, a vinda de escritórios de auditoria estrangeiros.

Alguns dos principais fatos que contribuíram para o crescimento da auditoria no Brasil foram a abertura de filiais e subsidiárias de companhias externas, o crescimento das empresas brasileiras, a necessidade de descentralização e diversificação das atividades, financiamentos de empresas brasileiras em instituições estrangeiras, a evolução do mercado de capitais e, principalmente, da criação das normas de auditoria, as quais foram promulgadas pelo Banco Central do Brasil em 1972, da CVM (Comissão de Valores Mobiliários) e da Lei das Sociedades Anônimas (Lei 6.404) no ano de 1976.

A auditoria foi organizada formalmente em 26 de março de 1957 com a criação do Instituto dos Contadores Públicos do Brasil, em São Paulo. No entanto, segundo CREPALDI (2000, p. 96), ela “foi oficialmente reconhecida apenas em 1968, por ato do Banco Central do Brasil”. CREPALDI (2000, p. 96) ainda afirma que o fortalecimento da atividade se deu efetivamente em 1972 “por regulamentação do Banco Central do Brasil, do Conselho Federal de Contabilidade e pela formação de um órgão nacional para a congregação e autodisciplinação dos profissionais, o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil”.

2.2 TIPOS DE AUDITORIA QUANTO A NATUREZA

A seguir destacam-se os tipos de auditoria quanto a sua natureza: auditoria operacional e auditoria de gestão.

2.2.1 Auditoria Operacional

A auditoria operacional envolve obtenção e avaliação de evidências a respeito da eficiência e eficácia das atividades operacionais de uma entidade, em comparação com objetivos estabelecidos. Esse tipo de auditoria, algumas vezes, é denominado auditoria de desempenho ou auditoria gerencial. GIL (2000, p. 25) cita os principais objetivos da atuação da auditoria operacional nas companhias: “avaliar o nível de operacionalização das unidades consoante os normativos vigentes; contribuir para otimização da dinâmica de atuação das unidades via auditoria preventiva (...); verificar a adequacidade das normas operacionais (...) em função da evolução da tecnologia de cada organização; e estimular a qualidade organizacional”. GIL ainda afirma que, para que a auditoria alcance seus objetivos, ela necessita “reciclar o *checklist* realizando adaptação consoante a evolução das normas e as novas características operacionais do negócios; acompanhar a qualidade de sua atuação via natureza das fraquezas detectadas; e rever sua dinâmica de atuação aplicando o questionário de autocontrole do auditor operacional”.

2.2.2 Auditoria de Gestão

A auditoria de gestão segue uma metodologia de avaliação sobre sistemas políticos critérios e procedimentos utilizados pela empresa na área de planejamento e estratégico e principalmente em decisões. Tem como objetivo auxiliar a administração em específico na adequação, eficácia e eficiência do desempenho da empresa no tocante as suas funções de planejamento estratégico.

Os objetivos da auditoria de gestão, segundo GIL (2000, p.39), são:

participação da auditoria interna em todos os momentos empresariais; contribuição da auditoria interna para manutenção da organização na vanguarda tecnológica e do segmento econômico de que participa; avaliação do posicionamento/situação futura da organização via auditoria de simulações e previsões organizacionais; selar o leque de opções de auditoria; estimular os líderes empreendedores; institucionalizar os critérios de rodízio/polivalência/ negociação/participação no ambiente auditoria/empresa; avaliação das iniciativas empresariais propostas.

Conforme cita GIL (2000, p. 39), “a estrutura da auditoria de gestão tem sustentação, é uma complementação e utiliza-se de todo o instrumental da auditoria operacional. Entretanto, (...) há técnicas/procedimentos/abordagens/ formas mais direcionadas para auditoria de gestão do que para a auditoria operacional”.

2.3 TIPOS DE AUDITORIA QUANTO AO TRABALHO DO AUDITOR

A seguir destacam-se os tipos de auditoria quanto ao trabalho do auditor: auditoria interna e auditoria das demonstrações contábeis (externa).

2.3.1 Auditoria Interna

A auditoria interna tem como um de seus principais objetivos observar os controles internos dentro da organização e verificar seu correto cumprimento. Ela destina-se a observar, indagar, questionar, entre outros meios, para fazer sua análise, sendo considerada como um controle administrativo, pois também trata de averiguar a eficiência e eficácia de outros controles.

A auditoria interna começou como uma função administrativa, que era exercida por uma única pessoa e que consistia principalmente na verificação independente de contas, antes de seu pagamento. Com o tempo, contudo, evoluiu para uma atividade profissional altamente profissional que se estende à

avaliação de eficiência e eficácia de todas as fases das operações financeiras e não financeiras de uma empresa.

Auditoria interna, em consonância com a Resolução CFC nº. 986/03, é uma atividade independente, de fornecimento de segurança objetiva e de consultoria que visa acrescentar valor a uma organização e melhorar suas operações. Esta constitui o conjunto de procedimentos técnicos que tem por objetivo examinar a integridade, adequação das informações, trazendo para uma organização uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliação e melhora da eficácia de seus processos de gerenciamento de risco, controle, ajudando-a a atingir seus objetivos.

Esse tipo de auditoria indica que a atividade é executada dentro de organizações, atualmente, tanto por empregados seus, como por profissionais de outras organizações, em regime de terceirização. Esta é independente e objetiva quando o julgamento do auditor tem valor quanto não é visado e, possui uma abordagem sistemática e disciplina porque o auditor segue normas profissionais que orientam a realização dos trabalhos. A proposta de auditoria interna funciona de forma a auxiliar os constituintes da estrutura administrativa da empresa de maneira a desincumbi-los de suas responsabilidades. A auditoria interna oferece aos administradores, análises, avaliações, recomendações, assessoria e informações relativas às atividades examinadas. Em como objetivo principal, comunicar o resultado do trabalho de auditoria e certificar que forma tomadas as devidas providências a respeito dos pontos ressaltados.

Conforme MOTTA (1988, p. 15),

expressar uma opinião sobre a situação patrimonial, financeira e o resultado das operações de determinado período de uma companhia sob exame é conhecido como trabalho executado pela auditoria externa ou independente, o trabalho mais exaustivo voltado para as aplicações dos controles internos contábeis e administrativos sobre as operações é tarefa atribuída à auditoria interna.

Esse tipo de auditoria existe para ajudar toda a organização, por cujas metas e objetivos se orientam. Formas específicas de acordo com as quais auditores internos adicionam valor incluem foco no aperfeiçoamento das

operações da organização e na eficácia dos processos de gerenciamento de risco, controle e governança.

2.3.2 Auditoria das Demonstrações Contábeis

A auditoria de demonstrações contábeis envolve obtenção e avaliação de evidências a respeito das demonstrações contábeis de uma entidade, para emissão de parecer e se sua apresentação esta adequada, de acordo com Princípios Fundamentais de Contabilidade. Ela tem com a finalidade de confirmar os dados constantes nas mesmas, garantindo fidedignidade das informações.

Conforme CREPALDI (2000, p. 31), “as demonstrações financeiras são informações, preparadas por escrito, destinadas a apresentar a situação e a evolução do patrimônio da empresa aos administradores e a terceiro, alheios a ela”.

Segundo FRANCO (2001, p. 218), o auditor independente poderá realizar a auditoria “com seus próprios métodos e conveniências, desde que obedeça às normas usuais de auditoria e obtenha os elementos de convicção com os quais possa dar parecer sobre a matéria examinada”. FRANCO ainda distingue esse tipo de auditoria da auditoria interna em relação ao “grau de independência que o auditor pode, e deve, manter em relação à entidade auditada. Isso porque a auditoria interna geralmente não objetiva a emissão de parecer sobre as demonstrações contábeis, sendo executada mais para fins administrativos, internos, do que para prestação de contas a terceiros”.

2.4 CONTROLES INTERNOS

O trabalho de auditoria dos controles internos tem a função de auxiliar o auditor na avaliação da extensão dos testes na auditoria de balanço.

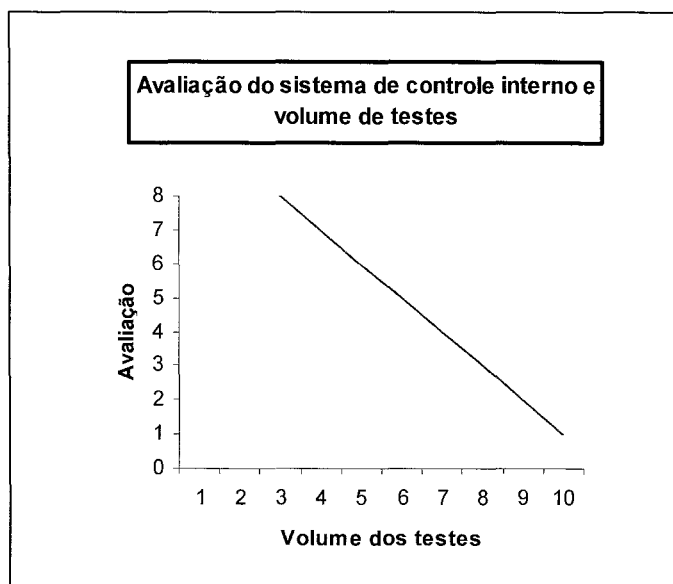
O auditor externo deve tomar o seguinte procedimento: levantar o sistema de controle interno; verificar se o sistema de controle interno está sendo seguido; avaliar se a possibilidade de o sistema revelar, de imediato, erros e irregularidades; determinar o tipo, data e volume dos procedimentos de auditoria.

Segundo PEIXE (2002, p. 29), controle “corresponde à faculdade e dever dos indivíduos em estabelecer comparações entre padrões preestabelecidos e as suas pretensões”.

FRANCO e MARRA (2001, p.267) definem controles internos como sendo: “(...) todos os instrumentos da organização destinados à vigilância, fiscalização e verificação administrativa, que permitam prever, observar, dirigir ou governar os acontecimentos que se verificam dentro da empresa e que produzam reflexos e, seu patrimônio”.

Para CREPALDI (2000, p. 201) “um bom sistema de controles internos funciona como uma ‘peneira’ na detecção” de erros ou irregularidades que possam afetar as demonstrações contábeis. Sendo assim, o auditor pode diminuir o volume de testes ao realizar a auditoria de balanço caso a organização possua um forte controle interno. Caso contrário, o auditor deve aumentar o volume de testes a fim de possuir maior segurança sobre os números apresentados.

FIGURA 1 – GRÁFICO DE VOLUME DE TESTES



Fonte: (CREPALDI 2000, p. 200).

Para CREPALDI (2000, p. 201), em grande parte das vezes, ocorrem irregularidades que passam despercebidas pelos empresários. Isso ocorre principalmente nos setores financeiro, administrativo e de compras.

Ainda de acordo com CREPALDI (2000, p. 205), a adoção de procedimentos de controles internos tem como principais finalidades:

- Proteger os ativos da instituição;
- Aumentar a exatidão e a fidedignidade de dados e relatórios contábeis e de outros dados operacionais;
- Promover e avaliar a eficácia operacional de todos os aspectos das atividades da empresa;
- Promover e avaliar a eficácia operacional de todos os aspectos das atividades da empresa;
- Comunicar as diretrizes administrativas.

A adoção de rígidos controles internos proporciona à auditoria o aumento do seu grau de importância e faz com que ela contribua para a eficácia dos resultados finais em qualquer companhia.

Existem diversas irregularidades que podem ocorrer nas empresas, no entanto os três tipos mais comuns são:

- Suborno: ocorre quando alguém recebe alguma propina ou benefício direto para tomar decisão;
- Fraude: caracteriza-se pela adulteração de documentação, proporcionando benefício financeiro;
- Desfalque: refere-se à retirada de dinheiro da organização, e é conhecido também como “tomar emprestado”.

Segundo CREPALDI (2000, p. 204), “o controle interno representa em uma organização, os procedimentos, métodos ou rotinas cujos objetivos são proteger os ativos, produzir os dados contábeis confiáveis e ajudar a administração na condução ordenada dos negócios da empresa”. Constata-se que os primeiros controles são os contábeis e os últimos são os controles administrativos.

Os controles contábeis compreendem o plano de organização e todos os métodos e procedimentos que têm ligação com a proteção do patrimônio da empresa e integridade dos registros contábeis.

Os controles administrativos compreendem o plano de organização e todos os métodos e procedimentos que têm ligação direta com a eficiência das operações e com a política da empresa.

De acordo com CREPALDI (2000, p. 205),

compreende o plano de organização e todos os métodos e medidas adotadas na empresa para:

- Proteger seus ativos contra eventuais roubos, perdas e uso indiscriminado;
- Assegurar-se da exatidão e da fidedignidade de seus dados contábeis;
- Avaliar e incrementar a eficiência operacional;
- Promover o cumprimento às diretrizes administrativas preestabelecidas.

No presente trabalho, enfoca-se os controles contábeis, pois serão eles que influenciam diretamente as demonstrações contábeis, sobre as quais a auditoria emite a opinião.

Conforme CREPALDI (2000, p. 204),

são exemplos de controles contábeis:

- Sistema de conferência;
- Segregação de funções (pessoas que têm acesso aos registros contábeis não podem custodiar ativos da empresa);
- Controles físicos sobre ativos;
- Auditoria interna.

A definição de uma estrutura de controles internos é responsabilidade da administração da companhia, a qual também deve verificar seu correto cumprimento pelos funcionários e eventuais modificações que se façam necessárias. De acordo com PEIXE (2002, p.29), as normas de controles internos devem “ser constantemente revisado (...) de forma a se manter harmonizado com os ambientes externos e internos da empresa”.

Tal responsabilidade de projeção e manutenção dos controles internos pode garantir uma maior confiabilidade dos saldos apresentados nas demonstrações contábeis, fazendo-se cumprir, assim, seu objetivo de fornecer aos usuários informações que os auxiliem nas suas decisões econômicas e administrativas.

O sistema de controles internos de uma organização deve contemplar todas as áreas e atender as suas exigências, abrangendo aspectos bem como práticas de emprego e treinamento, controle de qualidade, planejamento e produção, política de vendas e auditoria interna.

Os controles internos da organização segundo CREPALDI (2000, p. 206) “devem ser claramente definidas e limitadas, de preferência por escrito, mediante o estabelecimento de manuais internos de organização”. Tais razões servem para: assegurar que todos os procedimentos de controles sejam executados; detectar erros e irregularidades; e apurar responsabilidades por eventuais omissões na realização das transações da empresa.

As informações sobre o funcionamento dos controles internos da organização podem ser obtidas, segundo CREPALDI (2000, p. 215), das seguintes maneiras: verificação dos manuais internos de organização e procedimentos; entrevistas e conversas com pessoas de dentro da empresa; e inspeção física das operações (acompanhamento dos procedimentos adotados desde o início até a conclusão da operação).

Essas informações podem ser registradas pelo auditor independente através de memorandos narrativos, questionários padronizados e/ou fluxogramas.

Pode-se considerar que o exame do controle interno é uma das fases mais importantes no trabalho da auditoria.

As causas que originam a ocorrência de fraudes e dão margem à desconfiança quanto a validade dos dados contábeis podem ser relacionadas com a falta de controle, normas falhas e ineficientes ou normas boas mas mal executadas no dia a dia.

Vale ressaltar que é responsabilidade da administração a formulação e manutenção do controle interno. CREPALDI (2000, p.217) afirma que a responsabilidade do auditor com relação ao controle interno limita-se a: “apreciar de modo inteligente os procedimentos vigentes e determinar se eles oferecem um razoável grau de confiança; verificar se o sistema está sendo aplicado corretamente; e reportar as falhas observadas, oferecendo recomendações para saná-las”.

3. METODOLOGIA DO TRABALHO

Os objetivos específicos serão abordados pela técnica da pesquisa exploratória bibliográfica. De posse da Lei *Sarbanes-Oxley*, bibliografia a respeito da mesma e casos divulgados na imprensa, será realizado:

- abordagem a respeito da origem e dos principais conceitos de auditoria;
- pesquisa sobre os conceitos de controles internos;
- análise das seções da Lei *Sarbanes-Oxley*;
- pesquisa bibliográfica em jornais, revistas e internet de assuntos relacionados à Sarbox;
- pesquisa e exploração dos casos vivenciados pelas empresas, principalmente no tocante aos que inspiraram a criação da lei;
- análise da implantação da SOX.

4. LEI SARBANES-OXLEY E SUA ORIGEM

Neste capítulo serão vistos os casos que estimularam a criação da Lei *Sarbanes-Oxley*, sua origem e os seus principais aspectos.

4.1 ESCÂNDALOS CONTÁBEIS

A seguir seguem alguns dos principais escândalos ocorridos pelo mundo, sendo que serão detalhados mais profundamente os dois maiores e mais conhecidos: a *Enron* e a *WorldCom*.

Pode-se verificar que nem todos os casos consistiam em ações ilegais, e sim em atos que iam contra a ética.

4.1.1 Caso *Enron* (2001)

A *Enron* era uma das maiores empresas dos Estados Unidos. Em 2001, até a notícia bombástica que será detalhada em seguida, era a quinta maior do país. Em 2000, era a sétima e, por cinco anos, era apontada no *ranking* da revista *Fortune* entre as cem melhores empresas para se trabalhar no mercado norte-americano.

A *Enron* surgiu no ano de 1985. Em 1989, a partir da fusão de duas companhias distribuidoras de gás natural, a *Enron* entrou no mercado de *commodities* de gás natural. A estratégia vencedora da empresa se baseava em comprar uma empresa geradora ou distribuidora de gás natural e fazer dela um centro de armazenamento ou comercialização de energia. Passados 10 anos nesse ramo, a companhia passou a ter uma participação de 25% do mercado de *commodities* de energia dos EUA, ultrapassando o valor de US\$ 100 bilhões em ativos. Qualquer notícia ou boato que fosse abalar de forma negativa a empresa seriam considerados como informações sem fundamentos.

Entretanto, em novembro de 2001, a SEC (*Securities and Exchange Commission*) realizou uma investigação na *Enron* e a companhia admitiu que havia inflado seus lucros em aproximadamente US\$ 600 milhões nos últimos quatro anos. Tal descoberta já foi mais do que suficiente para abalar o mercado financeiro em todo o mundo.

Além disso, ainda vieram à tona informações de que a empresa teria manipulado suas demonstrações contábeis com a finalidade de apresentar melhores índices e melhor saúde financeira para que pudesse ter acesso a créditos.

O processo para essa manipulação se deu através da criação das empresas do tipo SPE's (*Specific Purpose Enterprise*). Nessas empresas, os executivos da *Enron* eram os principais acionistas e a *Enron* possuía somente 3% da participação. Com isso, ela não era obrigada a fazer a consolidação dos resultados dessas empresas em suas demonstrações contábeis. A partir de então, a *Enron* praticava transações com as SPE's com as finalidades que serão explicadas a seguir.

a) Proteção de investimentos

A *Enron* transferia as ações de seus investimentos para as SPE's com a finalidade de proteger contra riscos de mercado. Todavia, essas operações eram embasadas com contratos de opções, na qual a SPE era obrigada a adquirir as ações a um preço fixo. Caso o preço dessas ações caísse, a *Enron* entraria exercendo a opção, deixando, dessa forma, toda perda da desvalorização para a SPE.

b) Transferências de ativos

O processo consistia em vender os ativos que apresentavam algum risco de afetar negativamente as demonstrações contábeis da *Enron* para uma empresa SPE. Após o encerramento das demonstrações do período, a *Enron* recomprava o ativo em questão.

c) Disfarce de empréstimos

A intenção desse artifício foi a de evitar um aumento do grau de endividamento da companhia. Um exemplo foi o fechamento de um contrato de fornecimento de energia por determinado período num valor total de US\$ 394 milhões. Esse contrato constava um desconto de US\$ 64 milhões no caso de pagamento a vista. No mesmo instante, a *Enron* firmou outro contrato junto a uma subsidiária da empresa compradora para adquirir a mesma quantidade de energia pelos mesmos US\$ 394 milhões. Através dessa operação resultou um empréstimo de US\$ 330 milhões com juros fixos de, também, US\$ 64 milhões, ocultando o aumento do seu endividamento.

Dessas três transações, apenas o disfarce dos empréstimos pode ser considerada ilegal, caso as outras duas transações anteriores fossem realizadas com empresas que não possuíssem vínculo com a *Enron*. Os dois primeiros artifícios demonstraram total falta de ética por parte da *Enron*, visto que todas as operações eram realizadas com as SPE's, que, na realidade, eram controladas pela própria *Enron*.

Ainda, além dessas operações para manipular as demonstrações contábeis, verificou-se que o código de ética da empresa existia apenas “no papel”, isto é, nem todas os pontos do código eram seguidos. Inclusive, as normas de controles internos também não eram obedecidas, havendo decisões que não passavam pelos devidos estágios de controle e as decisões relevantes não eram repassadas para a aprovação do Conselho de Administração.

Todas essas operações que ocorreram deveriam ser de conhecimento do Comitê de Auditoria, demonstrando falhas tanto de revisão quanto de monitoramento do Comitê.

Coincidência ou não, tanto o presidente da empresa quanto alguns membros do Comitê de Auditoria venderam mais de US\$ 1,1 bilhão em ações da companhia. Essa operação ocorreu justamente no período que compreendeu o início dos rumores e o estouro da divulgação do escândalo.

4.1.2 Caso Arthur Andersen (2002)

A Arthur Andersen era a mais bem conceituada empresa de auditoria de todo o mundo. Formava, juntamente com a *PricewaterhouseCoopers*, a *Deloitte Touche Tohmatsu*, a *Ernest & Young* e a *KPMG*, o grupo chamado por *Big Five*: as cinco maiores empresas de auditoria do mundo, devido a uma reputação que conquistaram em eficiência e confiabilidade.

Na época, a companhia já se encontrava há 89 anos no mercado e era a empresa que auditava a *Enron*. Com a revelação de todo esse escândalo, toda a reputação da *Arthur Andersen* desmoronou instantaneamente, simplesmente destruindo uma imagem construída em praticamente 90 anos de empresa. Em poucos meses, a companhia extinguiu-se.

A empresa tinha um faturamento de cerca de US\$ 5 bilhões ao ano e possuía cerca de 85 mil funcionários, dos quais foram praticamente todos contratados pelas outras empresas. Da mesma forma ocorreu com os 2.300 clientes que a companhia tinha na época.

Além dos serviços de auditoria, a *Arthur Andersen* também prestava serviços de consultoria na *Enron*. Em 2001, a *Arthur Andersen* recebeu um montante de US\$ 52 milhões de serviços prestados a *Enron*. Desse total, US\$ 27 milhões foram referentes a serviços de consultoria.

Dessa forma, tal fato demonstra total falta de independência da auditoria em relação à empresa auditada (*Enron*).

Além disso, o fato de a *Andersen* prestar consultoria deixa fortes suspeitas de que a empresa participava ativamente na formulação de todas as operações antiéticas que a *Enron* realizou. Assim, a divisão de auditoria da *Andersen* não poderia condenar as operações que a consultoria da própria empresa havia recomendado.

Além disso, ficou comprovado pela justiça que, após denunciar o que estava ocorrendo para Kenneth Lay, em agosto de 2001, Sherron Watkins tomou a iniciativa de procurar um alto executivo da Andersen com o mesmo propósito. Nem Lay nem a Andersen tomaram qualquer tipo de atitude. (BORGERTH, 2007, p 6).

Para piorar ainda mais a situação da *Arthur Andersen* no caso da *Enron*, assim que começaram as primeiras notícias sobre os problemas, a *Andersen* destruiu toda a documentação que poderia comprometer a *Enron* ou a própria *Andersen*, demonstrando a maior posição antiética e falta de independência que qualquer empresa de auditoria deve ter junto a seus clientes.

Tendo em vista, e em consequência de, que o maior ativo que uma empresa de auditoria possui é a confiabilidade por parte do mercado, a *Arthur Andersen* acabou.

4.1.3 Caso *WorldCom* (2002)

A partir do ano de 1997 até meados de 2002, a *WorldCom* vivenciou um crescimento vertiginoso, chegando a ser reconhecida como a segunda maior empresa de telefonia de longa distância dos Estados Unidos. Esse ritmo de crescimento ocorreu a partir de vários processos de fusões e aquisições utilizando os recursos de capital próprio (ações da empresa) e de dívidas que chegavam a atingir um total de aproximadamente US\$ 25 bilhões.

A fim de encobrir tais informações, a companhia utilizou-se da manipulação de suas demonstrações contábeis de maneira extremamente simples. Entretanto, a manobra acarretou no maior caso de fraude da história, como veremos mais a seguir.

De acordo com o relator do processo contra os executivos da *WorldCom*, os meios utilizados para a manobra contábil poderiam ser identificados facilmente pelas partes que deveriam ter o papel de fiscalizar as operações. São eles: advogados e executivos da companhia, bancos subscritores (*Salomon Brothers*, *JP Morgan*, *Bank of America*, *Deutsche Bank*, *Chase Securities*), analistas independentes e, principalmente, seus auditores: *Arthur Andersen*.

Antes da divulgação trimestral de suas demonstrações, a companhia adequava os números de modo a adequar às estimativas dos analistas independentes. Dessa maneira, conforme detalhado por BORGERTH (2007, p. 7), “a empresa chegou a captar cerca de US\$ 17 bilhões em lançamentos de notas

ocorridos em 2000 e 2001, obtendo a classificação de *investment grade*, o que significa que a companhia representa ser um investimento de baixo risco. Entretanto, a *WorldCom* estava a beira da falência”.

A seguir, seguem os dois principais artifícios utilizados para a manipulação:

a) Contabilização de operações de arrendamento (*leasing*)

Quando uma empresa faz um contrato de *leasing* operacional significa que ela está alugando determinado equipamento. No término do contrato, a empresa tem duas opções: ou devolve o equipamento ou renova o contrato por mais um período. Assim sendo, o *leasing* deve ser contabilizado como despesa, no resultado, e a empresa, em nenhum momento, torna-se proprietária do bem.

Em relação ao *leasing* financeiro, a operação deixa de ser caracterizada como um aluguel, tratando-se de um financiamento de determinado equipamento. Isto é, quando o contrato se encerra, a empresa pagará um valor residual do bem e tornar-se-á a proprietária. Nessa modalidade, as parcelas pagas não transitam pelo resultado, e sim no ativo permanente, sem afetar o resultado.

A *WorldCom* possuía contratos de *leasing* operacional e os contabilizava como investimento, sem transitar pelo resultado, conforme os procedimentos descritos nos parágrafos acima.

b) Uniformidade das demonstrações

A *WorldCom* possuía a política de fazer várias aquisições, sendo que, até 1998, já havia adquirido mais de 60 empresas, movimentando um valor superior a US\$ 70 bilhões. A aquisição da empresa *MCI* foi uma das últimas aquisições e a que tornou a *WorldCom* a segunda maior empresa de telefonia norte-americana. Essa operação de compra da *MCI* envolveu um montante de US\$ 40 bilhões. Através das aquisições de empresas, a *WorldCom* eliminava a concorrência e ocultava sua situação patrimonial/financeira. Conforme BORGERTH (2007, p.8), “a cada aquisição, a empresa se valia da quebra de uniformidade gerada pela

necessidade de reportar a nova aquisição para ocultar suas próprias deficiências, tornando impossível que um analista desavisado pudesse comparar resultados de um período para o outro”.

4.1.4 Caso Xerox (2002)

De forma a aumentar sua receita e, por consequência, seu lucro líquido, reconhecia diretamente como receita do exercício os contratos que ultrapassavam o mesmo exercício nos seus valores totais. Isto é, não seguia o princípio contábil da competência, o qual afirma que as receitas e as despesas devem ser reconhecidas no período em que são incorridas, independentemente da realização em moeda.

A empresa levou uma multa da SEC e teve que republicar suas demonstrações.

4.1.5 Caso Bristol-Myers Squibb (2002)

A *Bristol* é uma empresa do ramo farmacêutico. Nos anos de 2000 e 2001, ela concedeu descontos abusivos. Além disso, a companhia reconheceu um total de US\$ 1,5 bilhão como receita, sendo que o montante seria adiantamento de vendas.

A SEC está investigando se houve intenção de quebrar concorrência e superfaturamento.

4.1.6 Caso Merck

Empresa que atua nos setores farmacêutico, químico e petroquímico. A manipulação contábil consistiu em aumentar suas receitas e suas despesas de forma igual para as duas, não causando efeito no resultado. Tal operação pode levar a investidores se enganarem ao fazer análises em relação ao porte da empresa.

4.1.7 Caso Tyco (2002)

A Tyco é uma empresa multinacional que atua nos ramos de eletrônicos, seguros de saúde, entre outros. Em virtude de seu principal executivo ter sido indiciado por sonegação de impostos em valores superiores a US\$ 1 milhão, a empresa começou a ser investigada e verificou-se que entre 2000 e 2002 várias subsidiárias haviam sido transferidas para paraísos fiscais.

4.1.8 Caso Imclone Systems (2002)

Trata-se de outra empresa do ramo farmacêutico. Entretanto, dessa vez não ocorreu um caso de manipulação das demonstrações contábeis, e sim de antiética perante o mercado financeiro.

Na época, as ações da companhia encontravam-se em alta devido à perspectiva sobre o lançamento de um medicamento contra o câncer, o qual dependia de uma autorização por parte do órgão regulador de medicamentos dos Estados Unidos para poder ser comercializado. Contudo, o órgão regulador não autorizou a comercialização do medicamento.

No dia anterior à divulgação da decisão do órgão, o principal executivo da ImClone e várias pessoas ligadas a ele venderam as ações que possuíam da companhia, caracterizado o ato conhecido como *inside information*. *Inside information*, também conhecida como informação privilegiada, consiste no conhecimento de dados e informações de determinada empresa antes de serem comunicadas ao mercado e seu uso é considerado vantagem ilícita. No Brasil, o uso de *inside information* caracterizou-se como crime através da sanção da Lei nº 10.303 em 31 de outubro de 2001.

4.1.9 Caso Parmalat (2003)

O caso da *Parmalat* ocorreu na Itália e teve objetivos que iam além da melhora dos números, conforme visto em casos anteriores. As operações tinham a intenção não somente de manipular as demonstrações e melhorar a imagem da empresa, mas também o de ocultar uma série de fraudes nas quais o próprio controlador desviava recursos.

A companhia ocultava a péssima situação financeira em que se encontrava inflando suas contas a receber e, dessa forma, diminuindo o impacto do seu elevado endividamento.

A fraude foi descoberta quando um dos bancos não confirmou o valor que teria de pagar à *Parmalat*, que estava em registrado em seu balanço.

4.2 A LEI SARBANES-OXLEY

A seguir serão expostos os principais aspectos a respeito da Lei *Sarbanes-Oxley*.

4.2.1 Origem da Lei

No final do ano 2001, o mercado de capitais de todo o mundo sofreu um fortíssimo abalo: uma das empresas mais bem conceituadas dos Estados Unidos, a *Enron*, estava envolvida num escândalo de manipulação nas suas demonstrações contábeis. E para piorar, não era o único caso.

A partir de então, foi descoberto que outras companhias, não somente nos Estados Unidos, também se utilizavam de algum tipo de manipulação, o que refletia em suas demonstrações contábeis. Os principais casos foram descritos no capítulo anterior.

Tais descobertas resultaram numa crise de confiança comparável somente à crise que ocasionou na quebra da bolsa norte-americana em 1929.

Estavam envolvidas nos casos inclusive algumas das principais empresas de auditoria no mundo. A postura de conivência com os procedimentos adotados pelas diretorias de seus clientes para a manipulação das demonstrações contábeis mostrava a total falta de independência por parte das empresas de auditoria, as quais deveriam combater tais atos.

O mercado reagiu praticamente instantaneamente: as bolsas de valores de todas as partes do mundo sofreram fortes quedas; empresas de auditoria perceberam a rapidez do processo de decadência com que um negócio de décadas pode sofrer. Os órgãos reguladores tiveram que analisar de outra maneira suas normas e fazer várias alterações nas mesmas, a fim de identificar falhas em seus sistemas que não lhes permitiam encontrá-las antes que algum problema “estourasse”.

Conforme o tempo ia passando, o grau de confiabilidade nas informações fornecidas aos investidores diminuía cada vez mais, o que preocupou todo o mundo. Após esses acontecimentos, conseqüentemente, ocorreu uma grande fuga dos investimentos, em virtude da enorme desconfiança por parte dos investidores. Isso pressionou para que o governo norte-americano tomasse uma atitude para controlar a situação com urgência.

Em 30 de julho de 2002, o Congresso Norte-americano aprovou a Lei *Sarbanes-Oxley* (*Sarbanes-Oxley Act*). A lei é proveniente dos projetos de lei elaborados pelo senador democrata Paul Sarbanes (estado de Maryland) e pelo deputado republicano Michael Oxley (estado de Ohio).

4.2.2 Lei *Sarbanes-Oxley*

Conforme já foi possível verificar nos capítulos anteriores, a Lei *Sarbanes-Oxley*, também chamada de Sarbox ou simplesmente SOX, surgiu com o objetivo de restaurar a confiança nas informações contábeis e financeiras das companhias repassadas ao mercado e oferecer maior transparência na gestão corporativa.

Para tanto, ela veio de uma forma extensa e bem detalhada exigindo boas práticas de governança corporativa e requisitos técnicos e operacionais, criação

de comitês e comissões de supervisão das atividades e operações, dentre outras exigências. Assim ela protegeria os investidores e puniria com rigor os administradores que se utilizam da manipulação das demonstrações e também os auditores que fossem coniventes com tal procedimento.

Para os investidores, a Sarbox veio como uma solução para garantir que suas decisões fossem tomadas com base em informações verdadeiras. Entretanto, alguns empresários afirmam que a Lei é muito extensa e complexa, o que acarretaria na elevação dos custos, tanto na sua implementação quanto no aumento dos honorários para a auditoria.

O cumprimento da Lei *Sarbanes-Oxley* é obrigatório para as empresas norte-americanas e companhias estrangeiras que comercializem seus títulos no mercado financeiro dos Estados Unidos. Todavia, pode-se verificar que a SOX tornou-se objeto de interesse nos principais mercados internacionais.

A Lei é composta por 11 (onze) capítulos, com 1107 artigos. Os capítulos estão dispostos da seguinte maneira:

- Capítulo I: Criação do Órgão de Supervisão do Trabalho dos Auditores Independentes;
- Capítulo II: Independência do Auditor;
- Capítulo III: Responsabilidade Corporativa;
- Capítulo IV: Aumento do Nível de Divulgação de Informações Financeiras;
- Capítulo V: Conflito de Interesses de Analistas;
- Capítulo VI: Comissão de Recursos e Autoridade;
- Capítulo VII: Estudos e Relatórios;
- Capítulo VIII: Prestação de contas das Empresas e Fraudes Criminais;
- Capítulo IX: Penas para Crimes de Colarinho Branco;

- Capítulo X: Restituição de Impostos Corporativos; e
- Capítulo XI: Fraudes Corporativas e Prestação de Contas

1) PCAOB

Logo no primeiro capítulo, a Lei *Sarbanes-Oxley* trata da criação de um órgão que supervisiona os trabalhos de auditoria nas companhias abertas, conforme descrevem os artigos 103, 104 e 109 da Lei. Em 2002 foi criado o PCAOB (*Public Company Accounting Oversight Board*), uma entidade privada, sem fins lucrativos e sob supervisão da SEC. A função do PCAOB é supervisionar os trabalhos de auditoria nas companhias abertas com o intuito de proteger os interesses dos investidores e promover o interesse público na preparação de relatórios de auditoria que prestem informação e sejam precisos e independentes.

Para compor o PCAOB, a SEC indica cinco profissionais que sejam reconhecidos por sua integridade e reputação, além de terem demonstrado comprometimento com os interesses dos investidores e compreensão da responsabilidade e natureza da evidenciação da informação contábil. Todos os membros deverão trabalhar no PCAOB com dedicação exclusiva, não sendo permitido possuir nenhuma espécie de remuneração de companhias do setor privado enquanto estiverem na composição do conselho do órgão, exceto aposentadoria. Ainda, apenas dois poderão ser contadores certificados.

O mandato dos conselheiros durará por cinco anos, não sendo possível um membro ficar por mais de dois mandatos.

O PCAOB tem a função de registrar as empresas de auditoria independente autorizadas a funcionar nos EUA; estabelecer padrões de auditoria, controle de qualidade, ética, independência e outros relacionados ao desempenho dos serviços de auditoria; conduzir inspeções nas empresas de auditoria; conduzir investigações, procedimentos disciplinares e imposição de sanções apropriadas tanto para as empresas de auditoria quanto para os sócios e gerentes dessas instituições; realizar quaisquer outros serviços e/ou atribuições considerados necessários para assegurar e promover altos padrões profissionais e a qualidade

dos serviços de auditoria oferecidos pelas empresas registradas; e assegurar que as empresas de auditoria observem os critérios estabelecidos pela Lei *Sarbanes-Oxley*, regulamentos do próprio PCAOB, padrões profissionais e legislação societária, tanto no desempenho de suas atribuições quanto na geração dos relatórios.

Após 180 dias da criação do PCAOB, ficou expressamente proibido a qualquer empresa de auditoria não autorizada pelo órgão o exercício de suas atividade de auditoria.

Ao efetuar o registro de uma empresa de auditoria independente junto ao PCAOB, a mesma passa a se comprometer a cooperar e se submeter a qualquer solicitação de prestação de testemunho em casos de investigação.

O PCAOB tem o poder e o dever de estabelecer critérios para procedimentos de auditoria, controle de qualidade, ética e padrões de independência aplicados às empresas de auditoria registradas, tanto no que diz respeito a preparação quanto a divulgação de relatórios de auditoria requeridos pela SEC ou pela própria Lei *Sarbanes-Oxley*, conforme descreve a Seção 103 da Lei. Ainda, o PCAOB também pode se valer de pareceres independentes de Grupos de Assessoramento ou de força-tarefa especialmente criados para a análise de questões específicas.

Como forma de assegurar sua eficiência, efetividade e integridade nas operações, em 2004 o PCAOB criou um departamento equiparado a uma auditoria interna da entidade, a Secretaria de Supervisão Interna e Proteção do Desempenho (*Internal Oversight and Performance Assurance – IOPA*), a qual tem a função de analisar os programas e as operações do órgão.

O IOPA tem como principal função, dentre outras, a de comandar pesquisas de desempenho e acompanhamento em tempo real dos efeitos dos programas do PCAOB, realizando praticamente uma supervisão dos controles internos que detecta uma necessidade repentina de melhoria dos regulamentos, pontos que devem ser tratados tanto pelo próprio PCAOB quanto pela SEC, a fim de corrigir possíveis desvios de procedimentos adotados pelas empresas de

auditoria independente e identificar a necessidade de treinamento dos supervisores do PCAOB, de forma a melhor esses desvios.

Em função de o PCAOB ser um órgão privado, todos os seus pronunciamentos necessitam ser submetidos à regulamentação da SEC antes de se tornarem efetivas.

Até o mês de dezembro de 2006, o PCAOB editou quatro pronunciamentos, os quais seguem abaixo.

a. Auditing Standard 01 – References in Auditors’ Reports to the Standards of the Public Company Accounting Oversight Board

Também conhecido como AS1, foi aprovado pela SEC em 14 de maio de 2004 e tornou-se obrigatório para os relatórios de auditoria emitidos a partir dessa data. De acordo com o pronunciamento, os relatórios de auditoria devem constar que estão em consonância com os padrões e normas estabelecidos pelo PCAOB.

b. Auditing Standard 02 – An Audit of Internal Control Over Financial Reporting Performed in Conjunction With an Audit of Financial Statements

Foi aprovado pela SEC em 17 de junho de 2004 e tornou-se obrigatório de acordo com o calendário estabelecido pela Seção 404 da Lei *Sarbanes-Oxley*. O AS2 versa a respeito dos procedimentos a serem verificados pelos auditores independentes em relação à certificação da Seção 404, a qual é uma das mais complexas e trata dos controles internos.

c. Auditing Standard 03 – Audit Documentation

O AS3 estabelece critérios com relação ao nível de qualidade da documentação das evidências do trabalho de auditoria, no tocante à preparação e manutenção de toda essa documentação por parte das empresas de auditoria. Tal pronunciamento tem a função de evitar casos semelhantes ao da *Enron* e *Arthur Andersen*, em que esta destruía toda documentação comprometedora da Enron. Tal pronunciamento foi aprovado pela SEC em 25 de agosto de 2004 e tornou-se obrigatório em 15 de novembro do mesmo ano.

d. Auditing Standard 04 – Report on Whether a Previously Reported Material Weakness Continues to Exist

O AS4, criado e aprovado em 2006, trata das condições e auxilia aos auditores independentes para que emitam seus pareceres a respeito das demonstrações contábeis das companhias de capital aberto que já teve algum parecer anterior que indicasse deficiências relevantes em seus controles internos.

2) INDEPENDÊNCIA DO AUDITOR

O segundo capítulo da Lei *Sarbanes-Oxley* fala a respeito da independência do auditor, constantes nos artigos 201, 202 e 203. Antes dos escândalos contábeis, a SEC já havia demonstrado certa preocupação com os serviços não relacionados com a auditoria que as empresas de auditoria independente vinham prestando às companhias que elas auditavam.

Na Seção 201, há a relação dos serviços que são proibidos para as empresas de auditoria prestarem a seus clientes, os quais seguem descritos a seguir.

Escrituração e registros contábeis: os auditores independentes são proibidos de elaborar as demonstrações contábeis por eles auditadas, ou inclusive base de dados que servirão na elaboração das mesmas.

Desenho e implementação de sistemas de informação financeira: é proibida aos auditores independentes a operação ou supervisão dos sistemas de informação, ou a administração da rede local de seus clientes. Ainda, os auditores não podem elaborar ou implementar sistemas que sejam suporte ou gerem informação relevante para as demonstrações contábeis.

Cálculo do valor econômico ou opinião sobre o valor justo: é vetado aos auditores independente o cálculo do valor justo das empresas que auditam. Geralmente, esse tipo de serviço ocorre quando a empresa está em processo de venda, fusão ou incorporação, e é fortemente baseado nas informações contábeis. Sendo assim, a independência fica totalmente prejudicada.

Serviços atuariais: é proibido aos auditores independentes o trabalho de cálculo de valores atuariais a serem registrados para a manutenção dos fundos de pensão ou cálculo de benefícios pós-empregos dos planos patrocinados pelas companhias por elas auditadas.

Serviços de terceirização de auditoria interna: as empresas de auditoria não podem prestar trabalho de auditoria interna nas companhias em que também presta serviço de auditoria externa.

Funções administrativas: é vetada às empresas de auditoria externa a prestação de serviços às companhias em que realiza auditoria clientes em postos de função administrativas, tais como diretor, executivo ou funcionário, ou participar de processos decisórios.

Recursos humanos: também é vetada às empresas de auditoria exercer funções de recrutamento e contratação de empregados nas empresas em que já realizam o trabalho de auditoria externa.

Corretagem: as empresas de auditoria independente são proibidas de atuar como corretor, promotor ou *underwriter* (instituições responsáveis pelas operações de lançamento de ações no mercado primário) das empresas em que presta serviços de auditoria externa. Além disso, também não é permitido a participação nas decisões de investimento, execução de compra e venda de investimentos ou manter custódio de ativos.

Serviços legais: é vetada às empresas de auditoria a execução de serviços de natureza jurídica a seus clientes. Tais serviços podem entrar em conflito com a independência do trabalho de auditoria e devem ser realizados por empresas de advocacia registradas para esta atividade.

A Seção 202 trata dos serviços não relacionados na Seção 201, como, por exemplo, a prestação de serviços de consultoria tributária. Qualquer outro serviço não constante na Seção anterior deverá ser pré-aprovada pelo Comitê de Auditoria das companhias.

A Seção 203 trata do rodízio do sócio responsável pelo trabalho de auditoria nos clientes. De acordo com a Sarbox, o sócio encarregado deve ser

substituído a cada período de 5 (cinco) anos. No Brasil, ocorre algo semelhante, porém um pouco mais rigoroso: a CVM (Comissão de Valores Mobiliários) exige que a cada 5 anos aconteça a troca da empresa de auditoria externa, conforme instrução CVM nº 308/99.

Ainda, a Seção 204 exige que os auditores independentes devem se reportar diretamente ao Comitê de Auditoria da companhia auditada, e não mais à Diretoria Financeira.

3) RESPONSABILIDADE CORPORATIVA

O terceiro capítulo é considerado uma das principais partes da Lei *Sarbanes-Oxley*, visto que versa a respeito das responsabilidades (o aumento de responsabilidade) da empresa e administradores.

De acordo com a Seção 301, todas as companhias abertas, americanas ou estrangeiras, deverão possuir o Comitê de Auditoria. Esse comitê tem o objetivo de desvincular o serviço de auditoria externa independente da diretoria financeira das empresas, e terá a responsabilidade de fazer a seleção da empresa de auditoria e supervisionar seu trabalho. Para garantir essa desvinculação entre auditoria externa e diretoria, o Comitê de Auditoria deverá se reportar diretamente ao Conselho de Administração. Quaisquer divergências entre a administração e a auditoria externa deverão ser solucionadas pelo Comitê. Os membros do Comitê de Auditoria devem ser independentes e sendo pelo menos um especialista financeiro.

O Comitê de Auditoria também terá a função de garantir as condições para que denúncias sobre fraudes ligadas a auditorias e controles contábeis sejam apresentadas sem risco para o denunciante. Após uma denúncia, o Comitê deverá investigar a real existência e repassar aos órgãos competentes.

Para a realização de suas atividades, o Comitê de Auditoria possuirá poderes e orçamentos próprios. Assim, caso seja necessário, será possível a contratação de advogados, consultores e/ou outros profissionais que possam opinar a respeito dos atos da administração e a atuação dos auditores.

A criação do Comitê de Auditoria teve como principal propósito de acabar com a possibilidade de ocorrer atos de conivência entre as companhias e suas auditorias externas. A respeito desse assunto, Buffet (2003) fez um pronunciamento no Relatório Anual de sua empresa, o qual foi transcrito na revista RI, conforme segue abaixo:

Como já dissemos, muitos administradores, nos últimos anos, alteraram os números da companhia utilizando-se de técnicas contábeis operacionais que são tecnicamente legais, mas que não impedem que o investidor seja induzido a erro. Muitas vezes os auditores têm conhecimento dessas manobras, porém nada dizem a respeito. A principal tarefa do Comitê de Auditoria é simplesmente fazer com que os auditores divulguem o que eles sabem. Para executar essa tarefa, o Comitê precisa fazer com que os auditores se preocupem mais em não estar enganando os membros do Comitê do que estar ofendendo a administração. Não é o que vem acontecendo. Os auditores, em geral, vêem como seu cliente o diretor-presidente da companhia e não os seus acionistas e membros do Conselho de Administração. Essa visão é consequência natural das estreitas relações que se estabelecem no dia-a-dia, mas também da preocupação de que, não importa o que venha a acontecer, o diretor-presidente e o diretor financeiro é que pagam os honorários dos auditores e são eles que determinam manter os auditores ou, ainda, contratá-los para novos serviços.

No caso das empresas brasileiras, a CVM conseguiu junto a SEC uma autorização para que o Conselho Fiscal possa servir como substituto do Comitê de Auditoria. Segundo especialistas brasileiros, os Conselhos Fiscais das companhias brasileiras ainda precisam de algumas adaptações para terem a mesma atuação de um Comitê de Auditoria.

No caso das instituições financeiras brasileiras já são obrigadas a possuir o Comitê de Auditoria, devido à Resolução 3.198/04 do Conselho Monetário Nacional (CMN).

Conforme a Seção 302 trata da certificação das informações divulgadas pelos principais administradores da companhia, assim como as Seções 404 e 906 também versam a respeito da certificação ligada aos controles internos. A Seção 302 exige que, não somente o presidente (CEO), mas também o diretor financeiro (CFO) da empresa certifique trimestralmente (ou anualmente no caso das empresas estrangeiras), as informações divulgadas e a efetividade dos controles internos através do modelo certificado que segue no anexo I. É válido lembrar que

o texto não pode ser modificado ou adaptado. Nesse certificado, os executivos devem certificar que: revisaram os relatórios; o relatório não foi fraudado e nem há emissão de informação relevante; as informações financeiras expressam todas as operações da companhia; são responsáveis por estabelecer e manter os controles internos; avaliou a efetividade dos controles internos; tenha informado ao Comitê de Auditoria e aos auditores externos quaisquer pontos relevantes sobre deficiência dos controles internos ou existência de fraude; e se ocorreram mudanças significativas nos controles internos.

No Brasil, os administradores garantem que a escrituração contábil está em acordo com os Princípios Fundamentais de Contabilidade e com as normas emanadas da CVM, conforme o Art. 177 da Lei 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), além de o contador responsável assinar as demonstrações contábeis juntamente com os administradores.

A Seção 303 ocupa-se da influência negativa, seja através da própria influência, coibição, engano ou manipulação, na conduta dos auditores externos por parte da empresa auditada, proibindo qualquer fato semelhante.

Já a Seção 304 vem regular o confisco de bônus e/ou participação nos resultados recebidos da empresa pelo CEO e pelo CFO caso ocorra a republicação das demonstrações contábeis provocadas por omissões ou negligência, obrigando-os devolver todo o valor à companhia.

4) DIVULGAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Composto pelas Seções 401 a 409, o Capítulo 4 da Lei dedica-se à divulgação das demonstrações contábeis, sendo a Seção 404 considerada a mais importante, conforme será verificado na sequência.

De acordo com a Seção 401, as companhias devem acatar os ajustes apontados pela auditoria independente que acarretem impactos relevantes nas demonstrações contábeis, as quais devem estar de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos e regulamentos da SEC.

Na Seção 402 há a proibição para o diretor de uma empresa em tomar empréstimos em instituições financeiras onde trabalha como executivo, principalmente no tocante a financiamentos para a compra da casa própria.

A Seção 403 exige que os diretores, principais executivos e qualquer acionista com mais de 10% do capital da companhia mantenham um cadastro, sempre atualizado, junto a SEC, sendo que quaisquer alterações que alterem esse quadro sejam repassadas à SEC de forma imediata.

Conforme já mencionado anteriormente, a Seção 404 é considerada a mais importante, visto que trata dos critérios da avaliação gerencial dos controles internos, os quais são certificados conforme Seção 302.

Qualquer relatório financeiro divulgado pelas companhias deve apresentar informações sobre os sistemas de controles internos e procedimentos de teste para analisar sua efetividade, sendo que tais testes não podem ser realizados em período superior a 90 dias antes da divulgação da informação. Os testes de validação dos controles internos devem seguir os padrões indicados pelo COSO (*The Committee of Sponsoring Organizations*).

O COSO é um órgão da iniciativa privada independente. Ele tem a função de realizar estudos sobre os fatores que possam gerar relatórios com fraude e elaborar recomendações às companhias de capital aberto, auditores independentes, SEC e outras instituições reguladoras.

O conselho tem a finalidade de assessorar a Comissão Nacional sobre Relatórios Financeiros Fraudulentos e é patrocinado por cinco das principais associações profissionais dos EUA: *The American Accounting Association* (AAA), *The American Institute of Certified Public Accountants* (AICPA), *Financial Executives International* (FEI), *The Institute of Internal Auditors* (IIA) e *The Institute of Management Accountants* (IMA).

As recomendações elaboradas pelo COSO são consideradas referência para controles internos. Como citado por BORGERTH (2005, p. 37), o COSO entende controle interno como “sendo todo processo conduzido pela diretoria, conselhos ou outros empregados de uma companhia, no intuito de prover uma razoável garantia com relação ao cumprimento das metas relacionadas a três

categorias: eficácia e eficiência das operações, confiabilidade nos relatórios financeiros, e conformidade com a legislação e regulamentos aplicáveis”.

A análise e a certificação dos controles internos, segundo a Seção 404, deve ser realizada em três etapas: primeiramente pela auditoria interna da empresa, em seguida por uma auto-avaliação da empresa e então por uma empresa de auditoria independente.

O código de ética ganhou forte importância após os escândalos contábeis e é sobre ele que fala a Seção 406. As empresas devem possuir e divulgar seus códigos de ética na rede mundial de computadores. Se a empresa não tiver um código de ética, tal fato deve ser enfatizado fortemente em seus relatórios, devido a sua enorme importância, tanto internamente para as ações dos funcionários, quanto externamente, “manchando” sua imagem no mercado.

A Seção 407 obriga as empresas a divulgarem se há algum especialista financeiro no Comitê de Auditoria. Entende-se por especialista financeiro o membro que possua conhecimentos dos princípios contábeis geralmente aceitos, experiência na preparação de demonstrações contábeis, experiência em controles internos e entendimento sobre o funcionamento de um Comitê de Auditoria.

A Seção 408 afirma que a SEC deve fazer uma revisão mais aprofundada dos relatórios periódicos das empresas que tenham realizado ajustes materiais nas demonstrações contábeis, apresentam ações com preços voláteis em comparação com outras empresas, que possuam grandes capitalizações no mercado, empresas emergentes com disparidades nos índices que comparam o preço das ações com os ganhos que proporciona (índice Preço/Lucro), empresas cujas operações afetem de forma significativa algum setor da economia, e qualquer outro fator que a CVM considere relevante.

A Lei *Sarbanes-Oxley* obriga na Seção 409 a divulgação imediata de qualquer fato relevante, demonstrando o respectivo impacto sobre a situação financeira e patrimonial da empresa, de forma a proteger os investidores e os interesses públicos.

5) CONFLITOS DE INTERESSE DO ANALISTA

Este capítulo, composto somente pela Seção 501, é de extrema importância devido a um grande problema identificado na época dos escândalos contábeis. As ações da maioria das empresas que estiveram envolvidas com os escândalos tinham recebido recomendação de compra por boa parcela dos analistas contratados por bancos para fazer análise de mercado. Ainda verificou-se que considerável parte dos bancos possuía fortes ligações com as empresas.

A Seção 501 ocupa-se da independência dos analistas de mercado e suas análises, perspectivas e recomendações a respeito da situação das companhias.

6) RECURSOS E AUTORIDADE DA SEC

O sexto capítulo aparece como função principal de reafirmar as autoridades da SEC e definir um orçamento, em virtude do aumento de exigências provocadas pela Lei *Sarbanes-Oxley* e, conseqüentemente, ao aumento de despesas.

7) ESTUDOS E RELATÓRIOS

O sétimo capítulo vem com a função de dar incumbência à Controladoria Geral Norte-americana, correspondente a Controladoria Geral da União (CGU) no Brasil, de realizar estudos e investigações nos casos de fusão de grandes empresas de auditoria independente, atuação e independência das agências de classificação de risco, relação dos profissionais envolvidos com fraudes entre o período de 01/01/1998 e 31/12/2001, e análise da atuação dos bancos de investimento.

8) PUNIÇÕES AOS PRATICANTES DE FRAUDES CORPORATIVAS

Podendo ser denominado Lei Contábil de Fraudes Criminais e Corporativas, o oitavo capítulo estabelece as penalidades a serem impostas aos praticantes de fraude, sendo cada Seção referindo-se a um tipo de ação.

A Seção 802 trata dos atos de destruição, alteração ou falsificação de registros em investigação federal e em processo de falência, e estabelece multa, cassação de registro profissional e prisão de até 20 anos para os responsáveis.

A Seção 803 fala das condições de recorrência em práticas de crimes corporativos, determinando o não direito a perdão de multas.

Os prazos de prescrição para crimes corporativos são comentados na Seção 804, e a obstrução à justiça em casos de crimes corporativos na 805.

Já a Seção 806 ocupa-se da proteção de empregados que venham denunciar crimes corporativos. A Lei afirma que as empresas ficam impedidas de fazer qualquer tipo de retaliação a empregados que descubram ou auxiliem na investigação de crimes corporativos.

A Seção 807 trata das penas estabelecidas para os acionistas que venham realizar alguma fraude nas companhias.

9) PENAS PARA CRIMES DE COLARINHO BRANCO

Também nomeado como Lei do Crime do Colarinho Branco, o nono capítulo da Sarbox identifica os crimes considerados de colarinho branco e estabelece as penalidades. Os crimes comentados na Lei são: tentativas e conspirações para a prática de crimes de ordem financeira; crimes por correspondência ou comunicações a cabo; crime de violação da lei de benefícios da aposentadoria.

Além disso, a Seção 905 fornece diretrizes para as sentenças a respeito dos crimes de colarinho branco.

A Seção 906 dedica-se às responsabilidades das empresas na divulgação dos relatórios financeiros e demonstrações contábeis e estabelece penalidade para os administradores que se utilizaram de má-fé ou fizeram declarações falsas nos certificados tratados nas Seções 302 e 404.

De acordo com essa última Seção, a penalidade para o crime sem dolo é multa que está estipulada em US\$ 1 milhão e/ou prisão por até 10 anos. Caso o

crime cometido seja com dolo, a multa passa para US\$ 5 milhões, além da prisão por até 20 anos.

10) IMPOSTO DE RENDA

O décimo capítulo da Lei *Sarbanes-Oxley* exige que a declaração de imposto de renda seja assinada pelo CEO da companhia.

11) PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE FRAUDES CORPORATIVAS

O último capítulo da SOX vem para dar tratamento a respeito de mais alguns processos referentes à fraude no âmbito empresarial, conforme segue abaixo.

A alteração, destruição, ocultação ou impedimento oficial a documentos resultará em multa e/ou reclusão de até 20 anos, conforme a Seção 1.102.

A Seção 1.103 oferece autoridade à SEC de congelamento de contas das empresas e executivos envolvidos em fraudes ou investigações.

A SEC também pode vetar, permanentemente ou por um período de tempo determinado, que pessoas envolvidas em fraudes desempenhem funções de executivo e diretor, como afirma a Seção 1.105.

A Seção 1.107 trata da pena contra retaliações a informantes de casos de fraudes. A pena em questão é de multa e/ou reclusão por até 10 anos.

4.3 NORMAS BRASILEIRAS DE CONTROLES INTERNOS

No Brasil, o CFC (Conselho Federal de Contabilidade) emitiu a Resolução nº 820/97 que trata sobre os controles internos.

“11.2.5 – Estudo e avaliação do sistema contábil e de controles internos.

11.2.5.1 – O sistema contábil e de controles internos compreende o plano de organização e o conjunto integrado de método e procedimentos adotados pela entidade na proteção do seu patrimônio, promoção da confiabilidade e tempestividade dos seus registros e demonstrações contábeis e da sua eficácia operacional.

11.2.5.2 – O auditor deve efetuar o estudo e avaliação do sistema contábil e de controles internos da entidade, como base para determinar a natureza, oportunidade e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, considerando:

- a) o tamanho e complexidade das atividades da entidade;
- b) os sistemas de informação contábil, para efeitos tanto internos quanto externos;
- c) as áreas de risco de auditoria;
- d) a natureza da documentação, em face dos sistemas de informatização adotados pela entidade;
- e) o grau de descentralização de decisão adotado pela administração da entidade; e
- f) o grau de envolvimento da auditoria interna, se existente.

11.2.5.3 – O sistema contábil e de controles internos é de responsabilidade da administração da entidade; porém o auditor deve efetuar sugestões objetivas para seu aprimoramento, decorrentes de constatações feitas no decorrer do seu trabalho.

11.2.5.4 – A avaliação do sistema contábil e de controles internos pelo auditor deve considerar os seguintes aspectos:

- a) o ambiente de controle existente na entidade; e
- b) os procedimentos de controle adotados pela administração da entidade.

11.2.5.5 – A avaliação do ambiente de controle existente deve considerar:

- a) a definição de funções de toda a administração;
- b) o processo decisório adotado na entidade;
- c) a estrutura organizacional da entidade e os métodos de delegação de autoridade e responsabilidade;
- d) as políticas de pessoal e segregação de funções; e
- e) o sistema de controle da administração, incluindo as atribuições da auditoria interna, se existente.

11.2.5.6 – A avaliação dos procedimentos de controle deve considerar:

- a) as normas para elaboração de demonstrações contábeis e quaisquer outros informes contábeis e administrativos, para fins quer internos quer externos;
- b) a elaboração, a revisão e a aprovação de conciliações de contas;
- c) a sistemática revisão da exatidão aritmética dos registros;
- d) a adoção de sistemas de informação computadorizados e os controles adotados na implantação, alteração, acesso e arquivos e geração de relatórios.
- e) os controles adotados sobre as contas que registram as principais transações da entidade;
- f) o sistema de aprovação e guarda de documentos;
- g) a comparação de dados internos com fontes externas de informação;
- h) os procedimentos de inspeções físicas periódicas em ativos da entidade;
- i) a limitação do acesso físico a ativos e registros; e
- j) a comparação dos dados realizados com os dados projetados.”

Além disso, pode-se notar algo parecido com a certificação, tratada nas Seções 302 e 404 da Lei *Sarbanes-Oxley*, aqui no Brasil. Conforme Resolução nº

1.054/05 do CFC, há a Carta de Responsabilidade da Administração. Ela é um documento que deve ser emitido pelos administradores da companhia auditada e é endereçada aos auditores independentes. A carta tem a função de confirmar que as informações e os dados repassados à auditoria externa, assim como as bases de preparação, apresentação e divulgação das demonstrações contábeis examinadas encontram-se de acordo com as Normas de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis.

Assim sendo, a administração reconhece sua responsabilidade pela preparação e apresentação adequada das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Ainda, através da Carta de Responsabilidade, a administração também reconhece sua responsabilidade pela elaboração e implementação dos controles internos para prevenir e identificar erros.

O artigo 11.17.3.7 da NBC T (Normas Brasileiras de Contabilidade), afirma:

Devido à natureza das fraudes e das dificuldades inerentes em detectá-las, o auditor deve obter declarações formais da Administração de que ela reconhece sua responsabilidade na elaboração e na implementação de controles para prevenir e detectar fraudes e que não tem conhecimento de qualquer fraude ou suspeita de fraude que pudesse ter efeito relevante nas Demonstrações Contábeis.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho realizado, com base em pesquisa bibliográfica, teve como objetivo principal revisar os principais pontos sobre os causos de fraudes contábeis e a lei norte-americana *Sarbanes-Oxley*.

Através do presente trabalho, percebeu-se que a Lei *Sarbanes-Oxley* surgiu como uma forma de resposta aos escândalos contábeis (sendo os casos *Enron* e *WorldCom* os mais conhecidos). Ela veio com o intuito de coibir qualquer tipo de fraude que possa vir a ocorrer nas companhias e garantir maior segurança aos usuários das informações divulgadas pelas mesmas, principalmente aos investidores e acionistas.

A Sarbox criou exigências para que as empresas criassem ou reformulassem suas normas de procedimentos internos e códigos de ética. Além disso, ainda criou certificações para assegurar que todas essas normas estavam sendo cumpridas e fazendo com que os administradores tivessem ciência de tal fato, responsabilizando-os por qualquer falha que possa ocorrer no processo.

Foi realizada, primeiramente, uma revisão sobre a origem da auditoria e seus principais conceitos e de controles internos. Após esse passo, foram citados e detalhados alguns casos de escândalos de fraudes contábeis, os quais foram os incitaram a criação da Lei *Sarbanes-Oxley*. Em seguida, foi efetuada uma análise das principais seções da SOX. No capítulo seguinte, foram abordadas as normas de controles internos no Brasil, fazendo-se uma comparação da certificação de controles internos exigida pela SOX com a Carta de Responsabilidade da Administração obrigatória no Brasil, conforme Resolução nº 1.054/05 do CFC.

Verificou-se que a maior parte das grandes companhias tiveram o trabalho de somente aperfeiçoar as normas de procedimentos para que pudessem atender às especificações da Lei *Sarbanes-Oxley*. Nas empresas onde se afirma que o processo de implantação da Lei necessitou de grandes esforços e investimentos, leva a pensar que há fortes indícios de que a qualidade e profundidade do nível dos seus controles internos anteriormente não atendiam à necessidade da

companhia, ou então, não havia o interesse dos administradores para que isso ocorresse, podendo gerar novos escândalos como da *Enron* e da *WorldCom*.

6. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ATTIE, Willian. **Auditoria Conceitos e Aplicações**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 1998.

ATTIE, William. **Auditoria Interna**. São Paulo: Atlas, 2000.

BORGERTH, Vânia Maria da Costa. **SOX – Entendendo a Lei Sarbanes-Oxley**. São Paulo: Thomson Learning 2007.

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Auditoria Um Curso Moderno e Completo**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

CFC, Conselho Federal de Contabilidade, <http://www.cfc.org.br>

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Auditoria Contábil Teoria e Prática**. São Paulo: Altas, 2000.

Deloitte Touche Tohmatsu. **Lei Sarbanes-Oxley – Guia para melhorar a governança corporativa através de eficazes controles internos**. 2003.

FIPECAFI. **Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações**. São Paulo: Atlas 2005.

FRANCO, Hilário, MARRA, Ernesto. **Auditoria contábil: normas de auditoria, procedimentos e papéis de trabalho, programas de auditoria e relatórios de auditoria**. São Paulo: Atlas, 2001.

GIL, Antonio Loureiro. **Auditoria operacional e de gestão: Auditoria do e-business e e-commerce – B2B e B2C – e dos serviços financeiros digitais (SFD), fundamentos e tecnologia para auditoria, qualidade da auditoria e técnicas de auditoria**. São Paulo: Atlas, 2000.

MOTTA, João Maurício. **Auditoria Princípios e Técnicas**. São Paulo: Atlas, 1988.

MÜLLER, Aderbal Nicollas; PENIDO, Eduardo. **Auditoria Integral: metodologia GAP**. Curitiba: Juruá, 2005.

PEIXE, Blênio César Severo. **Finanças Públicas: Controladoria Governamental – Em busca do atendimento da Lei de Responsabilidade Fiscal**. Curitiba: Juruá, 2002.

SÁ, Antonio Lopes de. **Curso de Auditoria**. São Paulo: Atlas, 2002.

Sarbanes-Oxley Act. 2002.

VALENTI, Graziella. **Sarbanes-Oxley provoca salto nas despesas**. Jornal Valor Econômico – 11 de junho de 2007.

SITES CONSULTADOS

<http://empresasefinancas.hsw.uol.com.br/fraudes-contabeis3.htm> (acesso em 17 de junho de 2007)

<http://gazetajuridica.com.br/index.php/2006/11/29/ministerio-publico-entra-com-acao-por-insider-information/> (acesso em 25/03/2008)

<http://www.classecontabil.com.br> (acesso em 09 de junho de 2008)

<http://www.companyweb.com.br> (acesso em 17 de junho de 2007)

<http://www.imasters.com.br/artigo/5096/direito> (acesso em 17 de junho de 2007)

<http://www.intranetportal.com.br/colab1/bicho> (acesso em 17 de junho de 2007)

<http://www.ipai.pt/> (acesso em 21/07/2008)

<http://www.martorelli.com.br/artigos/ctudo-docum-artig-div-15-04-08.htm> (acesso em 10 de junho de 2008)

<http://www.nextbolsa.com/artigos.php?action=glossario2&c=l&tipo=e> (acesso em 25/03/2008)

<http://www.societario.com.br/felsberg/sarbanes> (acesso em 17 de junho de 2007)

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/sinapse/ult1063u416.shtml> (acesso em 17 de junho de 2007)

7. ANEXOS

7. 1 ANEXO – I – MODELO DE CERTIFICADO DA SEÇÃO 302

Certificação

I. (Identidade do indivíduo certificante), certifica que:

1. Revisei este relatório anual reportado no Formulário 20-F da empresa (nome da empresa);
2. Baseado(a) no meu conhecimento, este relatório anual não contém nenhuma declaração material que não seja verdadeira ou omita a necessária declaração de fatos materiais para a sua elaboração, está em consonância com as circunstâncias sob as quais tais declarações foram feitas. Estas declarações não são enganosas com relação ao período coberto por este relatório anual;
3. Baseado(a) no meu conhecimento, os demonstrativos financeiros e outras informações financeiras contidas neste relatório anual apresentam informações verdadeiras em todos os aspectos de condição financeira, resultado das operações e fluxos de caixa da empresa registrante até e para o período apresentado neste relatório anual;
4. Os outros certificadores da registrante, e eu, somos responsáveis por estabelecer e manter controles de divulgação e procedimentos (tais como descritos na Lei de Títulos Mobiliários, Regras 13a-14 e 15d-14) da registrante, e:
 - a. Tais controles e procedimentos foram adaptados de forma a assegurar que informações materiais relativas à registrante, incluindo suas subsidiárias consolidadas, são trazidas a nosso conhecimento por membros destas entidades, particularmente, durante o período em que este relatório anual é preparado;
 - b. A efetividade dos controles e procedimentos da registrante foi testada até 90 dias antes do preenchimento deste relatório anual (a Data da Avaliação); e
 - c. Este relatório anual apresenta nossas conclusões a respeito da efetividade dos controles de divulgação e procedimentos, tendo por base os nossos testes até a Data da Avaliação.
5. Os outros certificadores da registrante, e eu, baseados em nossa avaliação mais recente, apresentamos aos auditores independentes e ao Comitê de Auditoria do Conselho de Administração da registrante (ou pessoas desempenhando funções equivalentes):
 - a. Todas as deficiências significativas relacionadas ao desenho ou operação de controles internos que possam vir a afetar negativamente a habilidade do registrante em contabilizar, processar, resumir e reportar dados financeiros; e apresentamos aos auditores independentes todas as fragilidades materiais nos controles internos; e
 - b. Qualquer fraude, sendo ela material ou não, que envolva a administração ou outros funcionários que exerçam funções importantes com relação aos controles internos da registrante.
6. Os outros certificantes da registrante, e eu, indicamos neste relatório anual se há ou não necessidade de mudanças importantes nos controles internos ou em outros fatores que possam afetar significativamente estes controles internos em períodos posteriores à data de nossa avaliação mais recente, incluindo qualquer medida corretiva com relação a deficiências expressivas ou fragilidades materiais.

Data

Assinatura
Cargo